



*Reunião da Assembleia Intermunicipal
26 de setembro de 2012
Ata n.º 2*

Na sede da CI Região de Aveiro, em Aveiro, pelas dezoito horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal, presidida pelo Presidente da Assembleia Intermunicipal, Rogério de São Bento Camões, ladeado pelo Vice-Presidente, Álvaro de Oliveira Gomes, e pelo Secretário, Ernesto Carlos Rodrigues Barros. -----

Estiveram presentes os seguintes membros: -----
Carlos Alberto Baptista Guerra, José Carlos Raposo Marques Vidal, Hilário Manuel Ferreira dos Santos, Manuel Augusto de Almeida Farias, Delfim do Santos Bismark Álvares Ferreira, Maria de Lurdes Sousa Tavares da Silva, Olga Marques dos Santos Ladeira, António Rafael das Neves Timóteo, José Lagoa Duarte, Maria Lúcia Braga Araújo, Lúcia Maria das Neves Pires Cerca, Rui António de Almeida Marinha, Jorge Carvalho Arroiteia, José Gonçalo Borges da Fonseca, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Manuel José Prior Pedreira Neves, Paulo Jorge Lopes Anes, Raul Ventura Martins, António Manuel Valente de Sousa, José Augusto da Luz Matos, José Alberto da Costa Figueiredo, Paulo Marco de Matos Couceiro e Costa Braga, Pedro Rodrigues de Almeida Matos, António José Flor Agostinho, António Pedro Oliveira Martins, Maria de Fátima Ramos Bola, Mário Júlio Carlos Ramos, Paulo Manuel Namorado Nordeste, Augusto Carlos dos Santos Leite, José Alcides Ramos Pereira, José Manuel Andrade Simões, Armando Humberto Moreira Nolasco Pinto Nuno Ricardo Veloso das Neves Barata, Rogério Mário dos Santos, José de Figueiredo Lino, José Eduardo Alves Fragateiro, Ercília Maria Marques Pedro, Sérgio Paulo Borges de Pinho Pereira, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Manuel Eduardo Nogueira Dias da Silva, Nuno Miguel Pereira Martins Ferreira, Carlos Manuel Simões das Neves, Juan Carlos Ferreira Martins, Jorge Luís Nunes de Oliveira, Rogério Simões. -----

Estiveram ausentes os membros: Manuel Nunes Simões dos Santos, José Luís da Silva e Almeida, Manuel Marcelino Santos Manangão (que justificaram a falta), Paulo Manuel Matos Soares, Fausto Miguel Vidal Meireles de Azevedo, Gladys del Carmém Ferreira de Oliveira, Maria Cecília Reis Almeida Oliveira. -----

Constituído o quórum, o Presidente da Assembleia Intermunicipal iniciou a sessão pela leitura da convocatória e informou a correspondência recebida. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia no Período “Antes da Ordem do Dia”: ---

José Matos (Estarreja) solicitou esclarecimentos sobre o Estudo-Piloto das Comunidades Intermunicipais e quais os desenvolvimentos que ocorreram. O estudo tem várias vertentes, com questões relevantes sobre as competências das CIM's e questionou se já há alguma definição nesta matéria. -----

Hilário Santos (Águeda) referiu que ficou de se realizar uma reunião com a AdRA, na altura estava pendente a tomada de posse dos novos elementos, questionou quando é que se poderá realizar essa reunião no âmbito da CIRA e se poderemos ter acesso às contas da AdRA, por município, no que diz respeito às receitas e despesas. Outra questão colocada, diz respeito ao estudo de mobilidade que está a ser feito no âmbito da CIRA, com a situação pendente da Linha do Vale do Vouga, que se está a transformar numa extensão do Metro do Porto, e qual o ponto de situação sobre esta matéria. -----

José Figueiredo (Estarreja) questionou a recolocação dos pórticos, com o fim da discriminação positiva, e considera que Aveiro está a ser muito prejudicado com esta situação. Qual é a posição atual da CIRA uma vez que a população está a ser muito prejudicada. -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que o trabalho desenvolvido no Estudo-Piloto com o Governo e com a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho foi muito positivo, produziu-se um bom 1º relatório, uma boa 1ª versão, mas, de forma abrupta, na semana em que recebemos a 1ª versão do estudo, o Sr. Ministro decidiu passar a chamar versão final do Relatório Final e decidiu avançar para a apresentação pública do Estudo-Piloto no dia 19 de maio. Esta situação teve o nosso protesto, uma vez que era uma boa 1ª versão do relatório final e poderia ter dado uma ajuda importante para um conjunto de matérias no quadro do Livro Verde. O Conselho Executivo da CI Região de Aveiro tem uma opinião globalmente crítica do documento, que tem retrocessos graves, nomeadamente no modelo de governação das CIM's e das Áreas Metropolitanas. Neste momento, está em interação o diploma das competências; em relação às Finanças Locais o prazo foi adiado até final do ano. Surgiu a dúvida se a Lei Eleitoral provocava danos na Lei das Competências, o que não se verifica. É este o estado de um processo que começou muito bem, com o Governo, com a coordenação do Secretário de Estado Paulo Júlio, com as duas Comunidades Intermunicipais e com a DGAL - Direção-Geral das Autarquias Locais. -----

Relativamente aos pórticos e às portagens, o Presidente do CE referiu que o Secretário de Estado Sérgio Monteiro anunciou que cessava, ou não renovava o regime de isenções em vigor, uma vez que fere a legislação comunitária, porque discrimina os cidadãos pela sua residência, mas não referiu se teremos um novo regime de isenções ou se teremos um novo regime tarifário. A CI Região de Aveiro mantém a sua posição, entende que este processo precisa de uma revisão profunda, tem de haver um regime de isenções para os circuitos de curta distância, que foi sempre o nosso modelo, cumprindo a legislação comunitária, e continua a defender que a A25 não deve ser uma via portajada, por não ter qualquer tipo de alternativa, designadamente para o tráfego pesado de mercadorias. Foi solicitado junto do Governo esclarecimentos sobre o que não tinha ficado claro nas declarações do Secretário de Estado Sérgio Monteiro. Para já, o Governo cessou o regime de isenções atual e está a trabalhar num novo regime de isenções para entrar em vigor no quadro do Orçamento de Estado de 2013, tendo como referência base o rendimento *per capita* da região. -----

Passando à Ordem de Trabalhos constante da respetiva convocatória. -----

1. Informação do Presidente do Conselho Executivo relativa à Atividade da CI Região de Aveiro no período compreendido entre 6 de abril e 17 de setembro de 2012: -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que gostaria de evidenciar, de forma sumária, seis dos aspectos desta Informação, atualizando dois deles, o primeiro ligado ao Polis da Ria de Aveiro e o segundo ao Porto de Aveiro. Fez breve referência ao projeto Eficiência Hídrica, que terminou, foi um excelente exercício, desenvolvido por uma equipa

multidisciplinar, com uma equipa técnica da Universidade de Aveiro e com os municípios, levado até ao fim com a distribuição de informação aos munícipes/consumidores de água de toda a nossa região. -----

Fez referência à participação no Forum do Mar, em maio, numa atitude nova, em parceria institucional com a Universidade de Aveiro, o município de Ílhavo, a Administração do Porto de Aveiro e o GAC-RA da CI Região de Aveiro, através de um espaço com muito maior impacto e bastante mais barato. -----

Referiu outras notas sumárias, designadamente a excelente execução do PAPERÁ 2012, a realização do Grande Prémio Abimota, este ano com a ligação da nossa região à região de Salamanca, e a Academia de verão da Universidade de Aveiro, da Turma CIRA, um projeto muito interessante que será utilizado para cultivar a relação dos jovens com esta realidade política crescente que é a CI Região de Aveiro. -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que o Plano Intermunicipal de Mobilidade da Região de Aveiro segue o seu caminho, sem atropelos, com a caracterização terminada, tendo já sido entregue a 2ª fase do Relatório, que são as linhas de orientação estratégica, que se passará para a 3ª fase, o Plano de Ação, onde as ações são discriminadas e explicitadas. A Linha do Vale do Vouga está lá para ser trabalhada e aprofundada, esperando conseguir uma propositura, um contributo objetivo e sustentável para a Linha do Vale do Vouga. -----

Relativamente ao Polis, o Presidente do CE atualizou a informação escrita, após uma reunião com a Sra. Ministra, no passado dia 21 de setembro, que foi o seguimento de uma reunião havida no dia 5 de setembro de 2011. Foi uma reunião intensa, clara mas não conclusiva. O Presidente do CE reiterou que não aceita a redução brutal do montante total do investimento que está contratado no Polis, num ato de defesa de um contrato, de uma operação sustentada financeiramente, com fundos comunitários referenciados para cumprir o seu plano de investimentos. Poderá haver uma pequena redução, num valor sensato, olhando a projetos que não têm condições para ser executados. A Sra. Ministra fez uma declaração em que daria primazia a intervenções Polis que fizessem a defesa de pessoas e bens. No nosso caso, é uma operação integrada, e considera-se que defender pessoas é muito mais cuidar de uma Ria que alimenta milhares de pessoas do que estar preocupada só com a erosão costeira, embora também estejamos preocupados com a erosão costeira. Em termos de prazos, se continuar sem decisão até ao final do mês de outubro, cada dia que passar estará a arrumar a possibilidade de executar parte dos projetos financiados por fundos comunitários. -----

Sobre o Porto de Aveiro, o Presidente do Conselho Executivo chamou particular atenção à posição que foi tomada, numa lógica de fortalecer a Região, com parcerias institucionais, com a Associação Industrial do Distrito de Aveiro, a Comunidade Portuária de Aveiro e com a Universidade de Aveiro. O documento anexo à Informação tem essa condição de subscrição institucional, é considerado um documento muito importante que defendemos publicamente e foi apresentado ao Governo e a um conjunto de responsáveis políticos nacionais e regionais, tendo o Conselho Executivo ficado satisfeito de verificar que o Governo, na reforma da gestão portuária que apresentou, algumas das suas linhas principais estão de acordo com as nossas ideias força, designadamente, na perceção que o problema não é a quantidade de administrações que existem, mas outras questões, nomeadamente os custos, a lei do trabalho portuário e o modelo de gestão da autoridade portuária. O desenho que temos de administrações portuárias não é problema. A entidade única que vai gerir os portos é o seu dono, e as nossas empresas portuárias são todas do mesmo dono, que é o Estado, representado pelo Governo, atualmente representado e gerido pelo Secretário de Estado Sérgio Monteiro. O Presidente do CE apelou a atenção de todos, uma vez que considera ser necessário um

movimento cívico, físico, de presença, face às circunstâncias atuais que estão a prejudicar toda a Região Centro. O Governo celebrou um acordo com a UGT, que controla cerca de 20% dos estivadores, no âmbito do trabalho portuário, deixando de fora 80% dos trabalhadores; estes tiveram uma reação brutal com um pré-aviso de greve de 12 meses. Neste momento, os nossos portos estão parados, Aveiro e Figueira da Foz. Os efeitos desta greve, desde 17 de setembro, são já pesados e instamos o Governo sobre esta matéria. As forças da Região de Aveiro têm que se mobilizar para defender os Portos da Região Centro, que têm um processo integrado de gestão e têm um papel importante ligação económica à nossa indústria e comércio, mas sobretudo, para combater a suposta válvula de escape a esta situação que é fazer as operações em Leixões com todas as consequências que daí advêm. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Raúl Martins (Aveiro) manifestou apoio às posições do Presidente da CI Região de Aveiro na defesa do Porto de Aveiro, considerando importante que todos nos juntemos para essa defesa. -----

José Fragateiro (Ovar) começou por concordar com as palavras do Raúl Martins, para que se faça tudo para que o Porto de Aveiro seja um porto de referência. Questionou o pórtico da Feira Nova, e referiu que não acredita que regresse a descriminação positiva, que também não resolve tudo, uma vez que deixa de fora milhares de pessoas que nos visitam e se veem confrontados com este pagamento. A solução passará por propor a sua simples desativação. Este pórtico só tem paralelo com o pórtico de Ovar Norte, para quem sai para Santa Maria da Feira, implicando que as pessoas do norte do concelho de Ovar se tenham de deslocar ao Hospital São Sebastião por ruas secundárias. Sobre o Polis, questionou o prazo previsto para início dos trabalhos. Considera que a Ria está cada vez mais degradada. Questionou igualmente para quando o arranque das obras da AdRA, pois já sofremos o aumento das taxas, mas não vemos obras nem arranjos na rede existente. Solicitou esclarecimentos relativamente à questão da defesa do Baixo Vouga Lagunar, designadamente, a invasão dos campos agrícolas pela água, e se esta temática estará na próxima reunião do Conselho de Ministros, uma vez que a reunião com a Sra. Ministra foi positiva, mas terá sido inconclusiva. -----

Hilário Santos (Águeda) questionou se o PIMTRA, que segue o nosso passo, acompanha o passo do Governo no que diz respeito à Linha do Vale do Vouga. Sobre o Polis solicitou esclarecimentos dos projetos que poderiam não avançar, e se alguns desses projetos envolve o município de Águeda. Relativamente à AdRA, solicitou esclarecimentos sobre os investimentos e sobre a reunião anunciada, e gostaria que a AdRA prestasse contas do que anda a fazer. -----

Paulo Nordeste (Ílhavo) solicitou informações adicionais sobre o Índice Global de Desenvolvimento Regional, designadamente se haveria uma perspetiva evolutiva deste índice.

José Matos (Estarreja) referiu que o processo do Polis é inacreditável, com o Governo a ter uma enorme responsabilidade, uma vez que anunciou a extinção da Parque Expo, e questiona como vai ser a gestão e se houve alguma informação desta natureza na reunião com a Sra. Ministra. Sobre as portagens, espera que surja um novo sistema de isenções a partir de janeiro. Referiu já várias vezes que o trajeto em Cacia continua uma desgraça, em que temos uma situação muito complicada na EN109 entre Cacia e Aveiro, e solicitou que fosse chamado atenção ao Secretário de Estado no que diz respeito ao pórtico de Angeja, num percurso construído muito antes de haver SCUTs e que nunca sofreu alterações ou beneficiação nestes 20 anos. -----

Armando Pinto (Oliveira do Bairro) solicitou esclarecimentos sobre o Índice Global de Desenvolvimento Regional, se corresponde a alguma evolução recente e se poderá ter consequências ao nível das candidaturas a apoios comunitários. Questionou igualmente notícias contraditórias que vieram a público sobre a Academia de verão, nomeadamente sobre o município de Aveiro, que referiu que o prazo para a seleção foi curto e se a seleção dos alunos era feita pelos executivos, ou pelos estabelecimentos de ensino. Gostaria de saber quem fez essa seleção, se a CIRA deu indicações de quais os critérios e se foi para os melhores alunos. Relativamente ao Programa PAPERÁ referiu que do ponto de vista da realização os números são elevados, mas olhando para os projetos, parece que se está a apoiar projetos que os municípios poderiam eles próprios apoiar, ou se são projetos que os municípios não poderiam apoiar. Ou seja, se não se está a replicar o que os municípios já fazem. Considera que a CI Região de Aveiro não deverá substituir os executivos municipais, mas fazer aquilo que eles não conseguem realizar tão bem. -----

Delfim Bismark (Albergaria-a-Velha) questionou o futuro do Hospital de Aveiro, com urgência polivalente e componente universitária, uma vez que são públicas as declarações do Bastonário da Ordem dos Médicos contra este curso universitário, parece que há uma intensão de encerrar o curso e incluir os alunos na Universidade do Porto. O presidente da ARS também já se manifestou contra este curso. Gostaria de saber qual o ponto de situação deste processo, independentemente de avançar ou não a construção do hospital. -----

O Presidente do Conselho Executivo registou e agradeceu as questões referenciadas pelos membros Raul Martins e José Fragateiro. Sobre os pórticos (Angeja, Ovar e Feira Nova) informou que essas questões estão cadastradas, defendidas, mas que existe uma enorme dificuldade em se ouvido pelo Governo para as questões de pormenor. -----

Considerou que a reunião com a Sra. Ministra foi intensa, para a ajudar a perceber com clareza o que se passa e para ajudar a clarificar as suas posições, com um balanço que terá de ser apurado nos resultados finais. -----

Relativamente às várias questões da AdRA, referiu que se mantém o compromisso de ter um ponto na Ordem de Trabalhos sobre a AdRA. O facto de não existir é porque não há nada de relevante para que o acontecimento aconteça. Está-se a falar do mesmo Ministério – MAMAOT- numa reforma profunda que o Governo decidiu fazer ao grupo AdP, uma operação hiper complexa. O trabalho do EVEF – Estudo Viabilidade Económico Financeiro está em curso, com reuniões em agosto e está-se a trabalhar para procurar fechar o acordo do EVEF, fundamental para se saber o futuro da progressão tarifária e o futuro da sustentabilidade, exequibilidade do cronograma do quadro de investimentos. Referiu que está desbloqueado pelo Ministro das Finanças o Plano de Investimentos da fase I da AdRA. Esta fase tinha 4 pacotes de projetos, dois já tinham sido aprovados pelo POVT. Já estão todos aprovados, mas estavam sob embargo do Ministério das Finanças que foi levantado em julho. Neste momento, a AdRA está a providenciar os concursos de obra, a maior parte desta obra é para o município de Ovar. Está no mercado bancário à procura de apoio financeiro para assumir a Contrapartida Nacional e tem havido dificuldades para fechar contratos de financiamento. Em sede de EVEF será definido e replanificado o cronograma do quadro de investimentos do que falta fazer. Relativamente às contas da empresa, informou que poderá ser facultado a quem o solicitar, um documento dessa natureza que tem atualização regular. --

Na questão do Baixo Vouga Lagunar, o Presidente do CE considerou ter sido importante a Sra. Ministra ter conhecido a realidade para poder decidir com conhecimento de causa. Considerou que, ou se assume o Baixo Vouga Lagunar como prioridade nacional objetiva, no desenho do quadro de fundos comunitários 2014-2020 e colocar-se a fonte de

alimentação necessária para os investimentos e haverá intervenção, ou será só circo político. Considerou que chegou o momento da verdade, de decisão política, de sim ou não, e de decisão técnica financeira, para determinar a tipologia de obra, para poder cativar fundos FEDER ou FEADER, para se proteger os valores em causa, sejam de potencial agrícola, ou sejam valores de natureza ambiental. -----

Relativamente ao Polis e ao corte de projetos, reafirmou que há projetos que não têm condições, por vários motivos de se executar, por exemplo, os projetos das associações náuticas. Águeda não tem associações náuticas envolvidas nesta tipologia. Referiu que o trabalho que se está a realizar é a definição, no quadro dos municípios e dos projetos de incidência municipal, se por questões de natureza técnica, de ordenamento, ou de sustentabilidade financeira, se deve desistir de executar algum projeto. Cada um está a refletir e na próxima semana devemos refletir em conjunto e fechar esta questão. -----

Em relação ao Índice Global de Desenvolvimento Regional, o Presidente do CE clarificou que este índice não é nosso, é do Instituto Nacional de Estatística, mas entendemos que era uma dado importante e que o devíamos partilhar como referência positiva. Em relação aos fundos comunitários, a regra básica é que quanto mais desenvolvidas são as regiões mais baixo é o financiamento. A referência dos fundos é feita pelo rendimento bruto *per capita* e a probabilidade de se sair do objetivo 1 é muito baixa. -----

Relativamente à Academia de verão, o Presidente do Conselho Executivo esclareceu que foi decidido criar uma Turma CIRA, com dois alunos por município, com uma regra de referência, em que cada município solicitava às suas escolas a escolha dos seus alunos, por critérios de mérito, portanto, quem escolheu os alunos foram as escolas. Em relação ao município de Aveiro, que tem seis escolas secundárias, entendeu que era problemático escolher dois alunos de seis escolas e não encontrou forma de resolver este problema, tendo decidido não entregar os dois nomes. Salientou que foi uma experiência muito interessante. ---

Sobre o Hospital de Aveiro e o curso de Medicina, o Presidente do CE referiu que este curso avançou com um protocolo com a Universidade do Porto, e que a entidade parceira começou, a meio do caminho, a ser sujeita a pressões, e agora sem este parceiro o curso não pode avançar. Lançou-se uma guerra permanente ao curso da Universidade de Aveiro, num país com falta de médicos e que importa médicos. A Universidade de Aveiro está a tentar relançar o curso. Concluiu, referindo, que temos uma excelente Universidade, e está praticamente pronto o edifício de Medicina. -----

Em relação ao PAPER, o Presidente do CE considerou que este ano a operação foi muito difícil, com muitas candidaturas, com muitos desequilíbrios em relação aos municípios. Procurou-se que o resultado final fosse equilibrado em termos geográficos e nas tipologias de eventos que foram financiados. Não se pondera mecanismos de substituição ou de sobre financiamento. Abordou-se o conjunto de critérios que está no regulamento tendo em atenção eventos que ajudem a cultivar e estruturar a Região de Aveiro em algumas áreas, designadamente, na náutica, em eventos culturais ou desportivos ligados à Ria. Está-se a pensar como melhorar o PAPER para projetos que respondam melhor ao pretendido. Há um progresso qualitativo a fazer. -----

Paulo Nordeste (Ílhavo) sugeriu que à semelhança dos projetos comunitários, as associações se organizassem em conjunto para beneficiar destes apoios. -----

2. Apreciação e Votação da 2ª Revisão Orçamental/2012: -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que não há nenhuma alteração profunda na estrutura do nosso Plano e Orçamento, sendo a maior alteração no Polis, pois foi decidido



**Região
de
Aveiro**
Comunidade Intermunicipal - Salvo Vouga

suspender as transferências para o Polis enquanto este estiver suspenso. É um documento de gestão que não tem mutações relevantes em sede de Plano e Orçamento 2012. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal colocou a votação o segundo ponto da ordem de trabalhos, com os seguintes resultados: -----

Apreciação e Votação da 2ª Revisão Orçamental/2012, aprovada por maioria, com uma abstenção, e em minuta. -----

3. Declarações dos Compromissos Plurianuais e dos Pagamentos e Recebimentos em atraso a 31/12/2011 para efeitos do previsto na alínea a) e b) do nº 1 do art.º 15 da LCPA (Lei 8/2012, de 21 de fevereiro) -----

O Presidente do Conselho Executivo referiu que se trata da aplicação da Lei dos Compromissos, para que todos os procedimentos administrativos e financeiros estejam em conformidade. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal procedeu à abertura de inscrições para o uso da palavra pelos membros da Assembleia. -----

Não houve inscrições para o uso da palavra neste ponto da ordem de trabalhos. -----

Tomado conhecimento. -----

Não havendo outros assuntos o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião cerca das vinte horas, da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelos membros da Mesa. -----

Rogério de São Bento Camões

Álvaro de Oliveira Gomes

Ernesto Carlos Rodrigues Barros